



Anais da Assembléia

N.º 164

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 09 DE DEZEMBRO DE 1976.

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 254ª SESSÃO ORDINÁRIA

(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 1976

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Lúcio Machado e Maurício Fruet.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Accioly Neto, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (45); achando-se ausentes os Senhores Deputados Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Ernesto Dal'Oglio, Francisco Escorsin, Luiz Alberto Oliveira e Wilson Fortes (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, o envio de voto de pesar à família do Senhor JOÃO BATISTA MADUREIRA, tendo em vista o seu falecimento ocorrido em Porto União.

Tratava-se de pessoa com vasto círculo de amizade, foi gerente do Banco INCO, por vários anos, atualmente era industrial, pessoa que deixa lacuna que dificilmente será preenchida.

Requer ainda, que da aprovação do presente, se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09 de janeiro de 1976.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja enviado ao Conselho Federal de Educação a seguinte mensagem telegráfica:

“Ao tramitar por este Egrégio Conselho o pedido para funcionamento do Curso de Odontologia vg formulado pela já consagrada Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná vg a Assembléia Legislativa do Estado manifesta inteira solidariedade à importante iniciativa vg certa de

que a sua concretização muito contribuirá para o avanço da causa da educação e vg para o bem estar da nossa gente”.

Sala das Sessões, em 09 de dezembro de 1976.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa, requer ouvido o Plenário, seja consigado em Ata, voto de aplauso e congratulações ao Sr. Pedro Sampaio, Presidente da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, pela magnífica iniciativa e idealização oportuna do SEMINÁRIO DE NOVOS PREFEITOS, a realizar-se nesta Capital, de 10 a 14 do mês de janeiro, do ano próximo.

Os principais objetivos deste Seminário serão, proporcionar orientação técnica aos novos prefeitos; integração político-administrativa Estado-Municípios; difundir programas associativos, maximizando o uso de recursos disponíveis; definir competências aos três níveis de governo; e, identificar programação dos convênios federais e estaduais dentro da visão municipalista.

Assim, para o Presidente da entidade supra nominada, a meta principal é fazer com que os prefeitos que irão tomar posse no início do próximo ano, tenham pleno conhecimento dos sistemas administrativos em relação aos três planos: municipal, estadual e federal.

Da decisão da Casa, requer-se, outrossim, se dê ciência ao Chefe do Poder Executivo e ao Secretário do Planejamento.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. — (Pausa). — Encontrando-se ausente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Grande Expediente, Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós recebemos a visita em nosso Gabinete, de companheiros e amigos nossos, que estão também disputando uma eleição.

Uma eleição eminentemente diferente da nossa disputa política eleitoral. Mas, de qualquer forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma eleição, uma eleição que interessa sobremaneira, uma eleição que envolve interesses sociais, de uma grande coletividade, composta de aproximadamente, 30 mil pessoas, é a eleição que será realizada no próximo domingo, para eleger a nova Diretoria do Santa Mônica Clube de Campo.

Talvez, Sr. Presidente, Srs. Deputados, possa alguém imaginar, que não haveria importância nesta disputa, para que este Deputado trouxesse ao conhecimento da Casa, algumas características deste pleito.

Mas, Sr. Presidente, é preciso lembrar, que este Clube, reúne hoje, quase dez mil associados. É realmente, uma família imensa, e aqui estão configurados efetivamente, os interesses sociais, os interesses da nossa gente. E esta Casa, não é nada mais, nada menos, do que a ressonância dos interesses do nosso povo, da gente do Paraná.

Mas, Sr. Presidente, eu recebi aqui uma volumosa documentação por parte desses amigos, desses companheiros cuja documentação, nós ainda não tivemos tempo suficiente para examiná-la, para estudá-la, para buscar inclusive, caminhos, para podermos usar algumas das nossas prerrogativas, para podermos não ficar ao lado de uma chapa, de uma diretoria, mas, sobretudo, especificamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, defender os interesses do povo, defender os interesses da família do Santa Mônica Clube de Campo, defender os interesses de aproximadamente 30 mil pessoas. E a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, é natural que, fundamental, ela existe, para defender os interesses do povo. Mas, Sr. Presidente, a documentação que está em nossas mãos, traz seríssimas acusações, que nós iremos oportunamente fazer pronunciamento a respeito. Não são propriamente as acusações em si, que despertam a nossa preocupação e o nosso interesse, mas, Sr. Presidente, se nós, sem um estudo mais profundo começarmos a buscar na nossa legislação, os instrumentos legais que defendem os interesses sociais, nós vamos encontrar o empenho do Poder Público principalmente, o esforço da inteligência superior dos nossos legisladores, na busca de medidas para poder defender o consumidor, o eterno, o massacrado, o desassisti-do sofredor brasileiro. Se existem as cartas patentes, para poder disciplinar tantas matérias que envolvem interesses financeiros, econômicos, ainda está a legislação sem dispor de instrumentos de Lei, para poder coibir que, em certos projetos, em certas empresas, exista a atuação dos espertos, daquelas criaturas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que procuram e armam autênticas ciladas e arapucas para poderem se valer do dinheiro do povo, para seus interesses particulares. E as acusações que traz esta documentação recebida, envolvendo a atual Diretoria do Santa Mônica Clube de Campo.

De antemão, e à primeira vista, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há a necessidade urgente e fundamental que se tem de que o Ministério da Fazenda, de que o Governo, enfim o poder público, de se munir de instrumentos para atuar nesse campo de atividade, para evitar que a boa fé de nossa gente possa servir aos instintos animalescos de criaturas que não possuem, ainda, sensibilidade moral para poder dirigir essas entidades, essas empresas.

Assim, rapidamente, Srs. Deputados, aqui estão algumas informações que envolvem o problema gerado com essa eleição do Santa Mônica Clube de Campo, entidade sem fins lucrativos.

(Lendo): "O Santa Mônica Clube de Campo, foi fundado em 15.12.61, começando desde então, a venda dos títulos patrimoniais, ao público em geral.

As obras foram surgindo, e o povo passou a confiar no empreendimento, elegendo a quinze (15) anos consecutivos a diretoria apresentada pela situação.

A ninguém, porém, era dado conhecimento que o terreno e obras existentes, pertenciam a Walter Cardoso dos Santos, atual tesoureiro do Clube, e a muitos anos, na sua diretoria.

Posteriormente, os bens do Santa Mônica foram transferidos à Empresa ADMINISTRAÇÃO, INCORPORAÇÃO DE IMÓVEIS "CONSAMI" LTDA., que passou a construir e explorar o Santa Mônica, não só na parte imobiliária, como também, nas mínimas coisas, inclusive o "couvert artístico".

A ninguém foi comunicado também que os sócios majoritários da CONSAMI, são os Srs. Leonel Amaral e Walter Cardoso dos Santos, desde a muitos anos, Presidente e Tesoureiro do Santa Mônica, respectivamente.

A todos se alardeava que o Santa Mônica não tem fins lucrativos.

Porém, a ninguém era dito que a CONSAMI pode explorar o Clube por 30 (trinta) anos com lucro, SEM NECESSIDADE DE PRESTAR CONTAS, conforme contrato firmado por escrito.

E os lucros da CONSAMI reverterão em benefício de

Leonel Amaral e Walter Cardoso dos Santos, por coincidência, diretores do Santa Mônica, desde a vários anos.

Do exposto é fácil constatar, que os títulos patrimoniais do Santa Mônica, que foram vendidos, de nada valem, porque até o momento nenhuma propriedade existe em nome da sociedade.

Isso também não era dito aos compradores, que na boa-fé, pensavam estar adquirindo uma fração de algum bem palpável.

Via de consequência, estabeleceu-se um monopólio dentro do Clube, com exploração possivelmente de grande lucratividade única e exclusivamente em favor de Leonel Amaral e Walter Cardoso dos Santos, os quais, por essa finalidade, procuram por todos os meios manterem-se nos cargos, a fim de que não venham a público os impropérios assacados contra a coletividade e não sejam coibidas as irregularidades existentes que importaria em sério revés financeiro aos dois interessados.

Finalmente, Srs. Deputados, convém salientar que os contratos firmados com a "CONSAMI", o foram em nível de Diretoria, jamais comunicados aos sócios, nem mesmo em Assembléia Geral extraordinária na forma prevista pelos Estatutos".

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, voltamos a afirmar que a importância do assalto dessa arapuca que se armou no Santa Mônica Clube de Campo, a importância que aqui se revela, é exatamente a que nós já tentamos alertar à Casa no início de nossas palavras.

É preciso que o Poder público se muna de instrumentos de lei para poder evitar que a nossa gente, que o consumidor, que o nosso povo seja iludido na sua boa fé, pelos verdadeiros artistas na arte de botar a mão naquele que não é seu.

É evidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que aqui está a acusação proposta pela chapa oposição, que vem a público, agora, revelar esse escândalo; e nós iremos, efetivamente examinar a documentação de tudo isso.

Mas, Sr. Presidente, eu me lembro que estive certo dia em audiência com o Sr. Secretário de Segurança Pública, General Alcindo Gonçalves. E falava ao General de minha preocupação em relação à segurança de nossa gente, ameaçada não tão somente pelos bandidos, pelos marginais, mas também por tantos delegados de polícia, de policiais corruptos, que ao invés de oferecerem segurança ao nosso povo, ao contrário, aumentavam a insegurança.

E pedi ao General providências enérgicas, etc e tal. E o General virou-se e me disse: Deputado, esse é um problema crônico, que apesar de todo nosso esforço, lamentavelmente é um problema sem solução. Ainda disse o General: ainda acho que só existe uma fórmula para podermos resolver isso. É o Governo convocar as religiões, porque, segundo o General, isso é um problema de educação moral, de educação interior, de formação psicológica.

Bem, só me resta de antemão, então, convocar a nossa Casa, para que possamos fazer um estudo mais profundo dessa matéria que envolve interesse público, que envolve o dinheiro do povo, de nossa gente. São 25 mil pessoas que, segundo as denúncias que aqui estão em nossa mão, foram ludibriadas, assaltadas, por um grupo de criaturas espertas, desonestas, destituídas de sensibilidade para compreender a sublimidade de ser honesto.

Mas, Sr. Deputado, resta-nos convocar a todos para seguirmos os exemplos do Gal. Alcindo Gonçalves e solicitarmos ao Governo que faça um apelo às entidades religiosas, a fim de que comecem a atuar neste campo para educar e para dar lições de moral aos desonestos, ou então, Sr. Presidente, para que possamos formular apelo ao Ministério da Fazenda para que a Assembléia Legislativa do Paraná possa fazer chegar sugestões a esse Ministério no sentido de que se criem instrumentos de lei com o fim de disciplinar esta matéria.

Hoje, sem mais nem menos fazem-se as sociedades, formam-se os clubes e saem por aí vendedores treinados a vender

títulos, ações e outros papéis que, na maioria das vezes, quase todos eles, têm por trás de si, uma quadrilha de ladrões, atuando para poder enriquecer às custas da boa fé do povo e às custas, também, da ausência de uma legislação mais rígidas, mais flexível, mais sábia.

Voltaremos ao assunto, Sr. Presidente, e estaremos domingo, juntamente com os Deputados Edilson Alencar, Fidelcino Tolentino, Deni Schwartz e outros companheiros levando o nosso voto na eleição da nova Diretoria do Santa Mônica Clube de Campo.

Por coincidência a chapa que está fazendo estas denúncias, que nos abre esta perspectiva de análise, chama-se "Chapa Oposição". Um dos integrantes dessa Chapa disse-me que lá está se processando uma verdadeira batalha eleitoral. De um lado a oposição representada pelo MDB e de outro lado a ARENA representada pela atual Diretoria que está comandando o Clube há quinze anos. É evidente, Sr. Presidente, que, pela corrupção aqui denunciada, este Deputado não pôde aceitar este título de analogia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Sr. Deputado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nossa presença nesta tribuna é para encaminhar um requerimento e o lemos daqui, a fim de que possa ser a matéria incluída na Ordem do Dia.

Desejamos, entretanto, fazer uma ressalva no sentido de que fique bem claro que, ao se encontrar redigido este requerimento e ao procedermos a leitura dos matutinos de hoje, constatamos que a matéria vem com destaque impresso na "Gazeta do Povo".

Como se trata, entretanto, de matéria de importância, e que diz respeito à paralisação das obras da Rodovia Curitiba-Campo Largo-Spréa, entendemos que, embora a notícia tenha focalizado com destaque esta importância, a que nós referimos, não foge contudo, a oportunidade de que pela Assembléia Legislativa, o Paraná se manifeste com relação ao que vem ocorrendo neste setor.

Apenas constatamos que entre a reportagem feita e publicada pela "Gazeta do Povo", e o nosso requerimento existe uma contradição que seria quanto ao prazo de entrega da obra, em que ficou estabelecido pelo matutino, o próximo ano. E, pelas informações que obtivemos, deveria a obra estar concluída ainda no ano em curso.

De modo que, ressaltando a oportunidade desta Casa se manifestar com relação à matéria, passo à leitura do requerimento que encaminhamos à Mesa, para sua inclusão na Ordem do Dia. (Lê):

"Sr. Presidente.

Conforme se pode verificar pela ausência de qualquer movimentação na obra, estão paralisados os trabalhos de duplicação da Rodovia BR-277, no trecho referente à duplicação da ligação Curitiba-Campo Largo-Spréa.

Tal obra, considerada prioritária, constitui a complementação do plano de descongestionamento do tráfego entre Curitiba e Ponta Grossa, sendo que já foi entregue ao tráfego o trecho Relógio-Irati-Palmeira-Spréa.

Ocorre que, no momento, afunilam até o cruzamento do Spréa duas das mais importantes rodovias do Estado e do próprio País: a citada BR-277 (Paranaguá-Foz do Iguaçu) e a BR-376 (Rodovia do Café).

A distância a ser duplicada, entre Curitiba-Campo Largo-Spréa, é de 45 km, dos quais os primeiros 20 km já se encontram em andamento.

Para aquilatar-se da importância dessa duplicação, bastaria acentuar que o trecho Spréa-Ponta Grossa já apresenta claro

aspecto de desafogamento de trânsito. De Spréa até Curitiba, entretanto, a situação é de tal monta delicada, pelo afunilamento do trânsito de ambas as rodovias, que a sua continuidade em pista única passa a representar grave omissão por parte do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, suspendendo as obras de sua duplicação, com gravíssimas consequências para nossa economia e para as vidas humanas que ali são levadas a transitar.

E os sinais evidentes de que o pior está para acontecer são os de que a obra se encontra, no presente, completamente parada, e já transpirou a intenção do DNER de rescindir o respectivo contrato firmado com a empreiteira.

Em razão do exposto, o Deputado Estadual subscritor do presente pede que, ouvido o Plenário, seja formulado apelo ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes e ao Excelentíssimo Senhor Diretor do DNER, no sentido de que seja mantido o grau prioritário para a construção da via que irá duplicar a ligação rodoviária entre Curitiba-Campo Largo-Spréa, cuja obra, segundo se tornou público, deveria ser concluída até o fim do corrente ano, ou seja, ainda em 1976.

Sala das Sessões, em 09 de dezembro de 1976.

(a) MUGGIATI FILHO"

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para continuar o pensamento. Queria que V. Exa. lembrasse do Norte Pioneiro que também demanda para Curitiba. Então, a estrada Parigot de Souza, conseqüentemente a estrada do Norte Pioneiro, Jaguariaíva-Ponta Grossa-Curitiba, também faz parte desta mesma prioridade e a de Itararé, Jaguariaíva e Ponta Grossa.

Muito obrigado.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. presta um valioso subsídio enriquecendo o nosso pálido requerimento.

Muito obrigado a V. Exa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — A Mesa consulta à Liderança do MDB se usará do horário que lhe é concedido.

O SR. OSVALDO MACEDO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — A Mesa consulta à Liderança da ARENA, Sr. Deputado Ivo Thomazoni, se usará do horário reservado à Liderança. — (Pausa) — (Declina). Tendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). Sr. Presidente, para requerer, que se faça chamada nominal para verificação da presença dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — Deferido o requerimento. O Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(O Sr. 1º Secretário procederá à chamada nominal).

Responderam a chamada 37 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 270/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 393/76, Mensagem número 125/76, do Poder Executivo, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de Santo Antônio do Caiuá, objetivando realização e melhoria dos serviços locais de trânsito. Pareceres favoráveis da CCJ., CP, e CRH., por unanimidade. — Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 106/76, de autoria do Poder Executivo, Mensagem número 115/76, encaminhando

anteprojeto de Lei que abre crédito especial de Cr \$ 2.115.840,00 (dois milhões, cento e quinze mil, oitocentos e quarenta cruzeiros), destinado a atender despesas de pessoal contratado pela Consolidação das Leis Trabalhistas, conforme especifica. Pareceres favoráveis da CCJ., e CF., por unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 106/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 2.115.840,00 (dois milhões, cento e quinze mil, oitocentos e quarenta cruzeiros), destinado a atender despesas com encargos Sociais do Pessoal regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas, de acordo com a seguinte discriminação:

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DAS FINANÇAS

UNIDADE: COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO

FUNÇÃO: ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

SUBPROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS

ATIVIDADE: ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS

DOTAÇÃO: 2307.03080302.177

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES

3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

3.2.5.0 — Contribuições de Previdência Social - Cr\$ 2.115.840,00

Art. 2º — Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância, constante da Lei 6.743, de 04 de dezembro de 1975 — Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1976.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1976.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 106/76

O Sr. Governador encaminha a esta Casa o presente anteprojeto de lei, objetivando a abertura de um crédito especial de Cr\$ 2.115.840,00 (dois milhões, cento e quinze mil, oitocentos e quarenta cruzeiros), para atender despesas com encargos sociais de pessoal contratado pela C.L.T., para ter exercício como conferente e carregador, nas agências auxiliares de rendas da C.R.E., situadas nas zonas limítrofes com outras unidades da Federação — no caso São Paulo e Santa Catarina.

Na justificativa está a informação da criação de 300 funções e a demonstração de se buscar o combate à evasão de rendas.

No seu aspecto constitucional e legal, nenhuma restrição.

Quanto à conveniência, nos parece bastante clara e sua fundamentação justifica que se possa exarar um parecer favorável à mensagem.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei número 106/76

Oriundo da Mensagem Governamental número 115/76, de 16/06/76, visa o presente projeto de lei autorizar o Poder Executivo a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 2.115.840,00 (dois milhões, cento e quinze mil, oitocentos e quarenta cruzeiros), destinado a atender despesas com encargos sociais do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, conforme especifica.

A douta Comissão de Constituição e Justiça já emitiu

parecer favorável à matéria.

No âmbito desta Comissão de Finanças, nada encontramos que possa obstar o seu acolhimento por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 01 de dezembro de 1976.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator.

— Em discussão.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). V. Exa. com a palavra para discutir.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, e Srs. Deputados.

Pedi para discutir esta matéria, em razão de pertencer à Comissão de Finanças, cargo que ocupo em substituição do membro, Deputado José Muggiati Filho.

Mas, Sr. Presidente, consta que a Comissão de Finanças se reunia a 01 de dezembro de 1976.

Este Deputado, como membro da referida Comissão, não fora convocado para tal, razão pela qual, Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a esta Presidência, tendo em vista a dificuldade na identificação das assinaturas apostas ao parecer, que esta Presidência houvesse por bem de informar à Casa, os nomes dos signatários do parecer da reunião de 01 de dezembro de 1976, Projeto de Lei número 106/76.

Pedimos, na oportunidade, consoante o Regimento Interno em seu artigo 59, parágrafo 3º, que diz que as Comissões deliberarão por maioria de votos com a presença da maioria absoluta de seus membros. Gostaria que V. Exa. providenciasse a ata desta referida Comissão e desta referida reunião de 01 de dezembro, para que esta Casa tivesse conhecimento das assinaturas e dos membros que compuseram esta reunião.

São estas, Sr. Presidente, as informações ou solicitações que fazemos nesta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica que os Deputados que assinaram foram: Quielse Crisóstomo da Silva, Gilberto Carvalho, Aragão de Mattos Leão, Gabriel Manoel. Todos membros efetivos da Comissão.

Continua em discussão o Projeto de Lei número 106/76. Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, a Ordem do Dia que recebi não confere com a que V. Exa. está anunciando.

Pediria a gentileza de anunciar a súmula do projeto.

O SR. PRESIDENTE — Estou fazendo pela Ordem do Dia. Tem que coincidir.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, efetivamente tem razão V. Exa. apenas acompanhei em outra Ordem do Dia que se encontrava em minha bancada, de ontem.

Peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sobre esta matéria se levantou dúvida quanto à forma de sua proposição, se escoreito ou não, se atendia o Executivo a proposta de encaminhar à Assembléia as regras estabelecidas pela lei, ou se teria havido equívoco no seu encaminhamento. Em verdade, Sr. Presidente, no estudo mais acurado, mais demorado, mais criterioso dessa matéria, chego pessoalmente à conclusão para o caso específico. O que implica na impossibilidade evidente do Poder Executivo usar o que pretendíamos que seria, o crédito suplementar, se vê assim o Poder Executivo obrigado a lançar mão do crédito especial. É tão só uma questão de forma, é tão somente uma questão de técnica no nosso ver, atender a legislação, problema muito maior do Poder Executivo, do quorum desta Assembléia que cuida em determinado momento de não proferir aqui uma decisão que pudesse noder os trabalhos desta Casa. Parece-me que andou bem a Assembléia,

andam bem os Srs. Deputados quando com cuidado e responsabilidade levantaram a questão e partiram para um estudo mais demorado do caso, porque se trata efetivamente de uma alta parcela, de uma volumosa quantia de dinheiro do povo que deve ser aplicado em favor da nossa gente, mas, Sr. Presidente de um lado não consta no orçamento dotação que possibilite ao Executivo uso do crédito suplementar, doutro lado uma indagação muito séria continua ainda nos afligindo, nos preocupando. O que pede a Mensagem. Governamental neste crédito suplementar recurso para atender pagamento do INPS com pessoal contratado sob o regime CLT.

Do estudo que fiz, Sr. Presidente, data vênha do melhor julgamento e do melhor juízo, não encontro também no orçamento nenhuma dotação que pudesse dar um basamento, dar legalidade à contratação de pessoal de C.L.T.

Vê-se como quer a liderança da ARENA incluir várias contratações em despesas de terceiros que efetivamente consta. Então, andou mal o Executivo porque previu a contratação de pessoal de C.L.T., previu o pagamento de salário e não previu o pagamento de encargo social.

Ainda tenho para comigo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, ainda tenho para comigo algumas dúvidas no que respeita à fidelidade que teria seguido o Executivo no atendimento aos ditames da lei ou não. Ainda tenho algumas dúvidas. Mas, ainda tenho tempo de saná-las, de dirimi-las. O que não tenho mais dúvida, o que já me parece pacífico, Sr. Presidente, é quanto ao exposto ou pretendido no artigo 2º, do Projeto de Lei.

Parece que S. Exa., o Sr. Governador, ao pretender indicar os recursos da anulação de dotações para atender o crédito especial solicitado no artigo 1º, deixou de atender o que disciplina a Lei 4320, deixou de atender dispositivo constitucional que é taxativo, que é imperioso, que impõe que haja a Lei, indicando que haja a lei especificando os recursos a serem cancelados para atender o crédito que se abre, para atender o crédito que se autoriza.

Não fez isso o Executivo. No artigo 2º cita de uma forma ampla e vasta, cita que os recursos serão cancelados de qualquer parte do orçamento.

Ora, Sr. Presidente, de um lado fere a lei e fere a Constituição, que impõe como norma obrigatória que se cite e que se especifique qual o recurso a ser cancelado. E de outro lado frustra, Sr. Presidente, o espírito da Lei e a própria função da Assembléia Legislativa, que outra maior não é que é a de exatamente fiscalizar as ações do Executivo.

Entendo assim, Sr. Presidente e entendo assim, Srs. Deputados. Para esta Casa veio um Orçamento. Esta Casa, penso, deve ter analisado, penso deve ter estudado, penso deve ter votado este Orçamento, analisando-lhe o mérito, analisando-lhe a programação, analisando-lhe o planejamento, analisando o que pretendia o Executivo com todas as possibilidades.

Recebeu desta Casa o ano passado, o veredito favorável. A Assembléia aprovou o Projeto de Lei Orçamentária integralmente, ao que me consta, sem qualquer modificação. Portanto aprovou no mérito tudo o que pretendia o Poder Executivo. Não vejo como agora, Sr. Presidente, se derroque, se retire da Assembléia Legislativa a prerrogativa de conhecer e de analisar o mérito também do recurso que venha a ser cancelado. De maneira como está posto, além de ferir a Lei, fere também a atividade desta Casa, fere também a autonomia desta Casa, fere também a atitude que esta Casa deve tomar em relação a atos desta natureza.

Sr. Presidente, perdido com a Ordem do Dia, perdi a oportunidade de falar durante a discussão. No encaminhamento da matéria, gostaria de melhor expor esta matéria. Mas, afinal, estamos em 1ª discussão.

Quanto ao artigo 2º, sou inteiramente desfavorável; sou inteiramente contrário. Quanto ao artigo 1º, pretendo dirimir as dúvidas que ainda me restam até a sessão de amanhã.

Hoje, votarei favoravelmente em 1ª discussão, para que tenhamos o ensejo de na próxima sessão, com tempo de discutir ainda mais esta matéria que me parece séria e que me parece importante e que deveria merecer da Casa a atenção que ela requer, votarei assim, Sr. Presidente, favoravelmente, em 1ª discussão, com as restrições no exposto, para posicionar definitivamente isto.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)
O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Creio que as primeiras dúvidas, com relação a este projeto de lei que solicita autorização para abrir crédito especial destinado a atender despesas com encargos sociais de pessoal, essas primeiras dúvidas, já foram dirimidas.

Estou convencido, após estudar a matéria, que se trata realmente, de crédito especial.

Entretanto, Sr. Presidente, em nome do MDB, queremos fazer nossas, as palavras do eminente Deputado Enéas Faria, e queremos registrar também as mesmas dúvidas por ele registradas, com relação ao artigo 2º, deste plano de lei. Diz este artigo 2º, que como recurso, para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior: "Fica o Poder Executivo autorizado a destinar igual importância, constante do Orçamento Geral do Estado, deste ano".

Ocorre, que aí não se especifica, não se indica, o recurso correspondente, e a nosso ver, houve desatenção ao que estabelece o Artigo 32, § 3º - Letra C, que diz que é "Vedada a abertura de crédito especial e suplementar, sem prévia autorização legislativa, e sem indicação dos recursos correspondentes". Não se fez, no projeto aqui, encaminhado pelo Governo, a indicação dos recursos correspondentes, para fazer face à abertura deste crédito especial. Deixou-se de maneira genérica, de forma que, poderia o Executivo, manipular a seu bel prazer, as dotações ainda existentes, os recursos ainda existentes, no Orçamento.

Entendemos que este artigo 2º, fere ao dispositivo constitucional. E porque se trata de matéria de alta indagação, esperamos e acreditamos que amanhã, em segunda discussão, poderá a Liderança do Governo nesta Casa, oferecer os esclarecimentos necessários, para que a Lei, se porventura errônea, seja corrigida.

Hoje, quando o projeto será votado globalmente, votaremos favoravelmente, porque teremos ainda amanhã, em segunda discussão, na discussão e votação, artigo por artigo, oportunidade de apreciar esta mesma matéria, já então com os esclarecimentos que, esperamos, esta Casa obtenha da Liderança do Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — Continua em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação). Sr.

Presidente, Srs. Deputados, suscitadamente, queremos posicionar a ARENA, neste episódio.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, levantaram-se duas dúvidas quanto esta Mensagem. A primeira delas foi quanto à elaboração técnica do ante-projeto da Mensagem.

Dirimida essa dúvida, soube-se que o crédito a ser aberto estaria enquadrado nas categorias de crédito especial, ou suplementar. Na 4320, o crédito é especial por ausência de dotação específica na Lei de Meios deste exercício, para atender despesa à conta de encargo social daquela unidade administrativa da Secretaria da Fazenda.

A segunda dúvida levantada, Sr. Presidente, também com respaldo na Lei número 4320, traz matéria nova para nós, nesta Assembléia Legislativa.

Digo matéria nova, porque o comportamento adotado

pelos governos federal, estaduais e municipais, tem sido essa: autorização das Casas Legislativas para abertura de créditos adicionais.

Autorizada a abertura de crédito, o Executivo tem evitado os decretos executivos. E, na oportunidade de sua execução, é que o Executivo indica o elemento da despesa que deve ser cancelado para servir de suporte para abertura de crédito especial, ou suplementar.

Tem sido este o comportamento adotado pela Administração.

Todavia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós que sempre acolhemos essas sugestões, de maneira a nos esclarecer, a fim de que este Plenário atue da forma mais correta possível, haveremos de, novamente, gestionar junto ao Poder Executivo, como já o fez, quando das dúvidas levantadas pelo MDB, e procurar que o Executivo adite na Mensagem o elemento da despesa que deverá constar na Lei, para seu cancelamento. Portanto, servindo de suporte ao crédito que deve ser aberto.

Todavia, Sr. Presidente, devo informar à Casa que verifiquei com a Assessoria da Secretaria da Fazenda e com a Assessoria Jurídica do Palácio do Governo, que o procedimento adotado, nos últimos anos, ao longo das administrações que antecederam a esta, e também nesta, o comportamento sempre foi este: o da solicitação da autorização legislativa para abertura de crédito especial, ou suplementar. E desde que autorizado o crédito, o decreto executivo só é baixado quando existirem — e no caso existem — dotações a serem canceladas.

Por esta razão, para que não se pretenda ver em nosso comportamento nenhuma atitude que não seja aquela de atender a preocupação da ilustrada bancada do MDB — finda a sessão — voltarei a gestionar o Executivo, respaldado na interpretação da Lei número 4320, haverei de trazer do Executivo, em tempo hábil, uma mensagem aditando a indicação do elemento que deve ser cancelado, para dar suporte à abertura de crédito especial.

Agradeço, Sr. Presidente, a confiança que a bancada do MDB defere, no instante em que se pronuncia favoravelmente ao mérito da matéria, quando vota a matéria em primeira discussão, para aplicar, se for o caso, uma emenda através da mensagem aditiva em segunda discussão.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — Em votação. — **Aprovado.**

A Mesa assinala, com prazer, a presença no plenário dos Srs. Deputados Federais Antônio Anibelli e Norton Ramos.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Batista Madureira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja enviado ao Conselho Federal de Educação, telex manifestando a solidariedade desta Casa, tendo em vista a tramitação no referido órgão, de pedido para funcionamento do Curso de Odontologia, pela Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de aplauso e congratulações ao Sr. Pedro Sampaio, Presidente da FAMEPAR, pela magnífica iniciativa e idealização do Seminário de Novos Prefeitos, a realizar-se nesta Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, lido da tribuna, solicitando seja formulado apelo ao Sr. Ministro dos Transportes e ao Sr. Diretor do DNER, no sentido de que seja mantido o grau prioritário para a construção da via que irá duplicar a ligação rodoviária entre Curitiba-Campo Largo-Spréa. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente

sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 106/76.

Levanta-se a sessão.

RESOLUÇÕES:

RESOLUÇÃO Nº 249/76

DATA: 03 de dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, e o município de Loanda, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 88/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, e o município de Loanda, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 03/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 250/76

DATA: 03 de dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Irati, com objetivos que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 108/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 04 de julho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Irati, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Francisco Vieira de Araújo, o Grupo Escolar Papa João XXIII, o Grupo Escolar Duque de Caxias, o Grupo Escolar Francisco Stroparo, o Grupo Escolar Padre Wenceslau e o prédio da 2ª Cia. Policial do 1º Batalhão da Polícia Militar, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 03/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 251/76

DATA: 03 de dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Ibiporã, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 108/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado

em 20 de julho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Ibiaporã, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Olavo Bilac, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 03/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 252/76

DATA: 03 de dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo Aditivo entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMPOAR, e o município de Nova Londrina, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 169/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 12 de julho de 1976, ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, a Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR, e o município de Nova Londrina, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 03/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 253/76

DATA: 04 de dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Janiópolis, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 111/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 23 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, e o município de Janiópolis, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 04/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 254/76

DATA: 04 de dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de Reserva, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 112/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 28 de julho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e o município de Reserva, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação no sentido de

fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e verbas do orçamento do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 04/12/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
Presidente

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA (Período Extraordinário) 2ª SESSÃO LEGISLATIVA — 8ª LEGISLATURA

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de um mil novecentos e setenta e seis, reuniu-se a Comissão de Recursos Humanos, na Sala das Comissões, com a presença dos senhores deputados: Jurandir Messias, Nelson Buffara, Benedito Lúcio Machado, Fabiano Braga Cortes e Gabriel Manoel. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou aberto os trabalhos. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foi relatado o seguinte Projeto de Resolução: PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 270/76, de autoria da CCJ., oriundo da Mensagem Governamental número 125/76. Aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública com o município de Santo Antônio do Caiuá, objetivando a realização e melhoria dos serviços locais de trânsito. Relator: Deputado Jurandir Messias. Presidente, que avocou o projeto de resolução, dando o parecer FAVORÁVEL. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente declarou encerrado os trabalhos da reunião, da qual para constar, eu Elza Carneiro Camargo, secretária lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, é assinada pelo senhor Presidente e por mim Secretária, a fim de que produza os efeitos legais.

Sala das Reuniões, em 06 de dezembro de 1976.

(aa) JURANDIR MESSIAS — Presidente
Elza Carneiro Camargo — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

8ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de um mil novecentos e setenta e seis, na Sala de Reunião das Comissões, após a sessão plenária, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva e contando com as presenças dos Senhores Deputados Gilberto Carvalho, Aragão de Mattos Leão, Gabriel Manoel. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI Nº 106/76, de autoria do Poder Executivo. Mensagem número 115/76, encaminhando anteprojeto de lei que abre crédito especial de Cr\$ 2.115.840,00 (dois milhões, cento e quinze mil, oitocentos e quarenta cruzeiros), destinado a atender despesas de pessoal contratado pela consolidação das Leis Trabalhistas, conforme especifica. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável - aprovado. PROJETO DE LEI Nº 108/76, de autoria do Senhor Deputado Osvaldo Macedo, que dispensa a cobrança de acréscimo a qualquer título, sobre contas de fornecimento de água pela SANEPAR, quando não liquidadas no dia do vencimento e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável - aprovado, com substitutivo. PROJETO DE LEI Nº 144/76, de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, que dá nova redação à Tabela III, da Lei número 6149, de 09.09.70 (Regimento de Custas). Relator Senhor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, parecer favorável - aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou

encerrados os trabalhos da presente Reunião, e para constar, eu, Terezinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Pre-

sidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente

Terezinha B. de Moura e Claro – Secretária